

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, dezembro de 2009, número 24. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

A desterritorialização do MST na imprensa

ARTIGO DO MÊS

Territorio, campesinidad y desterritorialización

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

VII Congresso Brasileiro de Turismo Rural
Presidente Prudente, FCT/UNESP, 17 a 19 de março de 2010

XVI ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
Porto Alegre, 25 a 31 de julho de 2010

XX Encontro Nacional de Geografia Agrária
Francisco Beltrão – Paraná, 25 a 29 de outubro de 2010

VIII Congresso Latino americano de Sociologia Rural
Porto de Galinhas, 15 a 19 de novembro de 2010

PUBLICAÇÃO



**Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas.
Vol.1 – O Campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980.**

Organizadores:

Bernardo Mançano Fernandes;

Leonilde Servolo de Medeiros;

Maria Ignez Paulilo

Este livro tem como ponto de partida o período que se inicia com a redemocratização do país em 1945, após oito anos de regime ditatorial, configurados no chamado Estado Novo. Os textos fornecem um rico cenário das lutas no campo e suas nuances, fazendo desfilarem um conjunto heterogêneo de personagens, que mostram quão diverso é o leque de configurações, variáveis no tempo e no espaço, que a categoria campesinato abrange.



Elaborado por Tomás Sombini Druzian e Herivelto Fernandes Rocha. Pesquisadores do NERA – Bolsistas Ciência na UNESP.
Coordenação: Francilane Eulália de Souza

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DO MST NA IMPRENSA

Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior

Jornalista

Mestrando em Comunicação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)

robertomancuzo@hotmail.com

No dia 6 de outubro de 2009, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) destruíram pés de laranja de uma plantação da empresa Cutrale em uma fazenda no interior do Estado de São Paulo, na divisa dos municípios de Iaras e Lençóis Paulista. A ação ocorreu após ocupação da propriedade, que segundo a coordenação do movimento trata-se de área pública e a derrubada ocorreu para o plantio de milho e feijão. As imagens do trator pondo abaixo o laranjal foram mostradas em rede nacional, primeiramente no telejornal de maior audiência da televisão brasileira, o Jornal Nacional (Rede Globo) e de lá circulou por outros veículos eletrônicos, internet e impressos.

Há pouco menos de um mês, no dia 2 de setembro de 2009, a revista Veja, da Editora Abril, apresentou em sua edição número 2128 (ano 42 – número 35) como sua principal reportagem, inclusive com chamada de capa principal, um texto acerca da movimentação financeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O título da capa era: “Abrimos o cofre do MST” e o subtítulo “Como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desvia dinheiro público e verbas estrangeiras para cometer seus crimes”. O trabalho jornalístico, assinado pelos repórteres Policarpo Junior e Sofia Krause, está fundamentado, segundo os autores, no acesso às movimentações financeiras bancárias de entidades ligadas ao movimento: a Anca (Associação Nacional de Cooperação Agrícola), Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), Itac (Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo) e Cepatec (Centro de Formação e Pesquisas Contestado). De acordo com o texto, o MST usa destas organizações para obter dinheiro a fim de subsidiar ações diversas. Diz a reportagem na página 65 que “[...] o MST é movido por dinheiro, muito dinheiro, captado junto a entidades internacionais. Em outras palavras, ao ocupar um ministério, invadir uma fazenda, patrocinar um confronto com a polícia, o MST o faz com dinheiro de impostos pagos pelos brasileiros e com o auxílio de estrangeiros que não deveriam imiscuir-se em assuntos do país”.

No seio da questão agrária e levando em conta os pensamentos de território material e imaterial calcados pela Geografia Crítica tanto um episódio como o outro apontam inicialmente para uma tradicional disputa que envolve movimentos socioterritoriais como o MST e o agronegócio, representado por empresas multinacionais ou nacionais com atividade voltada à produção de alimentos e congêneres. Mas é possível analisar este embate em outro espaço, o jornalístico, e quais são seus reflexos na ponta final dos meios de comunicação: a opinião pública.

Os meios jornalísticos constituem instrumentos importantes para a sociedade à medida que agem como intermediários do mundo. Pessoas entendem o que acontece em seu entorno, estado ou países a partir das páginas de um jornal ou revista ou via meios eletrônicos e digitais. Suportes, aliás, cada vez mais acessíveis. Essas informações, ao assumirem grau de primeira necessidade junto ao homem, terminam por programar lazer, trabalho, convivência com pares e, por fim, entender e se postar diante de tudo que ocorre (LAGE, 2004). Neste último caso, há a formação da opinião. É uma opção do espectador, mas vê-se, ouve-se ou lê-se para entender e a partir daí, como lhe é inerente e fundamental, são assumidas posições críticas que redundam na permissão e consciência de viver em sociedade (MELO, 1975).

Há de se levar em conta ainda que os próprios meios jornalísticos, em sua grande maioria, possuem uma estreita ligação com a classe dominante do espaço ocupado, no caso do Brasil grupos econômicos

capitalistas, e que à sua maneira irão controlar ou direcionar a veiculação de informações, no sentido de atuar na já citada construção da consciência final. No cerne deste processo ainda estão atores sociais que também tentam inserir seus pensamentos, tornarem-se visíveis a contento, com objetivo final de “contribuir” ou adicionar dados à opinião formada.

Território é o espaço vivido pelos homens, conforme afirma Milton Santos que ressalta sua constituição envolvendo ações e objetos, citado por Fernandes (2008, p. 276) “Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade”. O território é multidimensional e é um espaço geográfico, social, econômico, político ou cultural, e sendo assim um território pode sobrepor-se a outro, levando então à idéia de multiterritorialidades em um mesmo local. A imprensa, por exemplo, constitui um centro onde há diversos territórios, como o espaço jornalístico existente nas páginas de um jornal ou a sua capacidade de formar opiniões a partir da posse de uma audiência delimitada. São soberanos, mas constantemente ameaçados e em disputa por grupos sociais, políticos e econômicos que tentam impor suas convicções ou ocupar seus espaços de acordo com suas intencionalidades. É uma disputa material e imaterial.

Levando em conta os dois episódios tratados inicialmente é possível, então, chegar a algumas considerações. Movimentos socioterritoriais encontram na imprensa pouco espaço para expor suas convicções, mesmo assim ocupa este espaço pela noticiabilidade de suas ações. Manifestações, entradas em áreas consideradas públicas ou marchas, por exemplo, chamam a atenção dos jornalistas que têm nos fatos noticiosos a sua principal matéria-prima. Num segundo momento, espera-se sensibilizar a população difusa, consumidora dos meios jornalísticos, a partir de discursos constantes em entrevistas.

Esta também é uma estratégia do agronegócio. Nos últimos anos são comuns reportagens acerca da produção de alimentos, novas tecnologias, empreendimentos que prometem alavancar o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro a partir do campo. Aqui a força noticiosa também atinge a opinião pública e com um detalhe: quando veículos jornalísticos de massa apresentam, de forma deliberada ou não, um ambiente próspero e com ar desenvolvimentista perfeitamente concatenado com a modernidade do século XXI é pertinente crer que qualquer ensaio que vá contra este aspecto possa ser rechaçado imediatamente pelo senso comum.

Ao se impor como personagem social da cena brasileira, o MST escancarou uma vidraça. Tanto foi acolhido junto aos espectadores a partir do início de sua luta (BERTOL, 2003), como também teve e tem suas ações agora questionadas e criminalizadas (SOUZA, 2005) por propor outro modelo de desenvolvimento contra o modelo do agronegócio. As reações na grande imprensa, tanto televisiva quanto online ou impressa, por conta da destruição do laranjal e da denúncia proferida pela revista Veja acentuam uma perda de território por parte do MST em dois sentidos, tanto material porque agora só é notícia quando age contrário às normas sociais vigentes do modelo de desenvolvimento do agronegócio e especialmente, imateriais com um afastamento significativo, embora não mensurável no momento, da opinião pública.

Aliado a estas questões, o jornalismo tem como prerrogativa o avanço nos fatos e os dias que se seguem a questões factuais revelam repercussões. Estas, dependendo de sua gravidade e grandeza pressionam o Estado, sobremaneira, a agir gerando novas atitudes desfavoráveis como a segunda tentativa de se criar uma CPI dos Sem Terra no Congresso Nacional. É um estado de refluxo, comum na disputa territorial como aponta Fernandes (2008), mas que deve e pode ser avaliado por se tratar de elemento significativo no percurso de objetivos a serem atingidos pelos movimentos socioterritoriais.

Referências

BERTOL, Rachel. Como os sem-terra se inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990. In: **Estudos Históricos, Mídia**, n. 31. São Paulo, 2003/1.

FERNANDES, Bernardo M. Entrando nos Territórios do Território. In: **Campesinato e Territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2008.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELO, José Marques de. **Comunicação, Opinião e Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1975.

SANTOS, Milton. **Testamento Intelectual**. São Paulo: UNESP, 2004.

SOUZA, Maria R. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa**. 2005. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.